



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

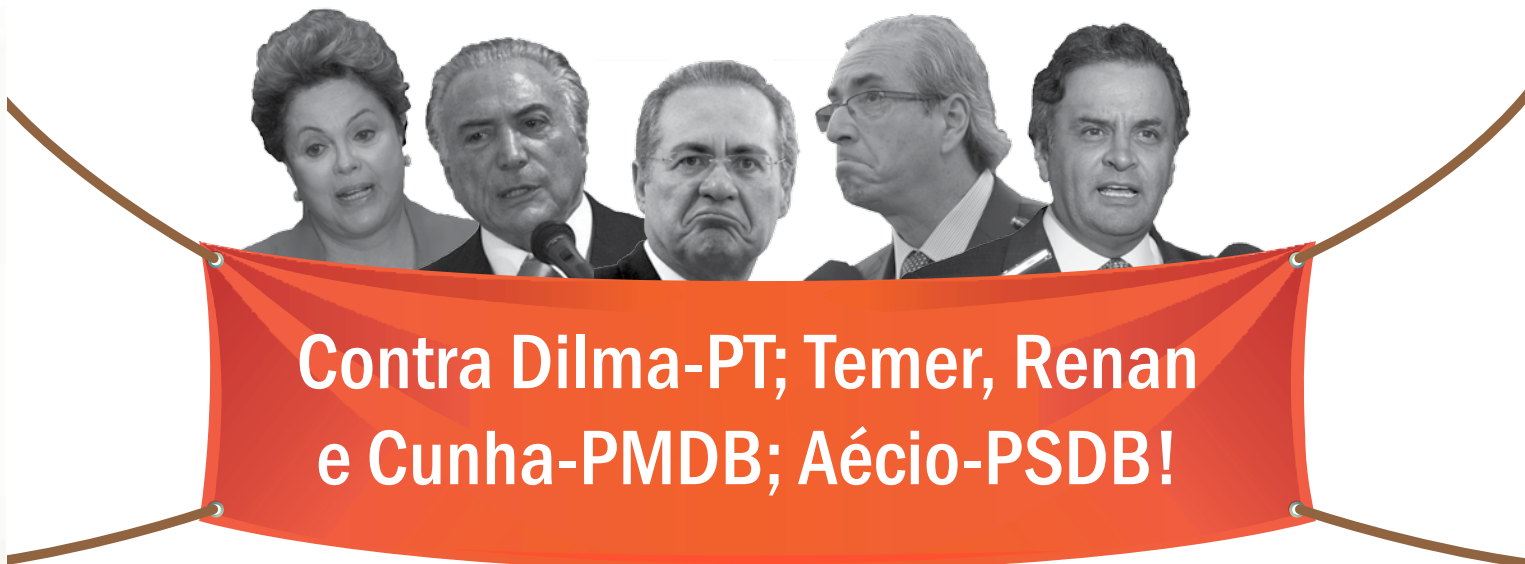
165

JAN/FEV 2016

FILIADO À



E À **CONDSEF**



**Contra Dilma-PT; Temer, Renan
e Cunha-PMDB; Aécio-PSDB!**

DERROTAR O AJUSTE FISCAL E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

Pág. 3



EDITORIAL

**Mas que nada, sai da
minha frente que eu quero
passar!**

Pág. 2

CAMPANHA SALARIAL

Servidores resistem aos ataques!
Págs. 4 e 5

GIRO NOS ÓRGÃOS

**Ibama, DNPM, Cultura, MS, Apo-
sentados e Pensionistas, Incra e
Ipen**
Págs. 6 e 7

ATIVIDADES

**Dia Internacional da Mulher
Trabalhadora / (In)visibilidade
trans**
Pág. 8



Mas que nada, sai da minha frente que eu quero passar!

O ano de 2016 mal começou e, antes mesmo de guardarmos as fantasias do carnaval, o governo já nos recebeu com um samba atravessado, prometendo uma vez mais ameaçar os nossos direitos.

Além da aplicação da política de ajuste fiscal, que vem causando um dos maiores arrochos salariais para nossa categoria (recebemos apenas metade do percentual da inflação de 2015 e com previsão de pagamento somente em agosto), o governo, agora quer mexer na previdência social, elevando a idade mínima da aposentadoria para todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo, continua pagando bilhões de reais aos banqueiros, mantendo as taxas de juros às alturas, recusando-se, inclusive, a auditar a dívida pública, mesmo após esta medida ter sido aprovada no Congresso Nacional.

Dilma, vergonhosamente, no apagar das luzes, durante o recesso do legislativo, vetou a medida que iria por a público todas as negociatas que sugam os recursos públicos, aprofundando a precarização na prestação dos serviços essenciais a população.

Ano após ano, os lucros dos bancos continuam batendo recordes, enquanto o trabalhador da iniciativa privada vê o emprego desaparecer e nós, do serviço público, o salário encolher cada vez mais.

Mas não é só isso. Em pleno mês de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, o governo estuda acabar com a diferença de idade na aposentadoria de homens e mulheres, alegando que a expectativa de vida da mulher se elevou nas últimas décadas. Assim, ignora a realidade da trabalhadora, que enfrenta a dupla jornada e que ganha em média 40% a menos que

o homem, exercendo a mesma função. É vergonhoso ver que, pelas mãos da primeira mulher na presidência do Brasil, os direitos das trabalhadoras estão vilipendiados dessa forma.

E, se alguém tem dúvidas quanto ao caráter dos nossos políticos, ou tem esperanças que, apenas com o impeachment de Dilma, os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos, o líder do PSDB no Senado já avisou que irá apoiar a reforma da previdência a ser encaminhada ao Congresso Nacional. E o próximo passo, caso sejam aprovadas as mudanças na previdência, será a reforma trabalhista, pondo fim aos direitos que ainda nos restam, como férias e décimo-terceiro.

Ainda sobre o Congresso Nacional, como destacamos em nosso encarte sobre a luta dos povos indígenas, estão ameaçadas as populações originárias, com a aprovação da PEC 215, que retira do Poder Executivo a prerrogativa de determinar a demarcação dos seus territórios. Já conhecemos a manifesta lentidão do governo na demarcação dessas áreas, acirrando a pressão e a violência dos grandes fazendeiros sobre essas populações que reivindicam apenas aquilo que está na lei. Ao transferir para si a prerrogativa na demarcação das terras, o Congresso, cheio de representantes dos latifundiários, pretende fazer do genocídio a única resposta do estado brasileiro às justas reivindicações dos povos indígenas.

Contra todos estes ataques não nos resta outra atitude a não ser lutar e resistir sem hesitações contra esse governo e esse Congresso que não nos representa. Para tanto, o Sindsef-SP não pretende medir esforços, seja derrotando os aliados do governo em nosso meio, ou se unindo aos companheiros empenhados nas lutas por transporte, nos sindicatos

e no movimento estudantil.

Por isso, para nós é fundamental a nossa participação nos seminários construídos com outros sindicatos e oposições sindicais de outros estados, que se colocam contra a direção governista da Condsef. Saudamos em especial os companheiros do Pará que acabaram de ganhar a eleição do seu sindicato, os companheiros do Rio Grande do Norte, que seguem firmes na luta e a Oposição do Ceará, que disputa a eleição da sua entidade agora em março. Todos estarão conosco no seminário de abril deste ano, que ocorrerá em São Paulo, para fortalecermos uma alternativa de direção para a Condsef.

Também participamos do Espaço Unidade de Ação, que reúne os lutadores de outras entidades, comprometidas com a independência dos trabalhadores frente aos governos e patrões. E é esse compromisso que esperamos de todos aqueles dispostos a travar este combate.

Lembramos, ainda, que este ano teremos o congresso de nossa categoria e as eleições do nosso sindicato. Sabemos que 2016 não será um ano fácil e precisamos urgentemente colocar o bloco da classe trabalhadora na rua, para que não sejamos atropelados pelos nossos inimigos, sempre prontos a nos fazer dançar a sua triste melodia.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

DEZ/2015 | JAN/2016

SALDO INICIAL	R\$ 48.340,57	R\$ 145.872,27
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 385.400,62	R\$ 192.475,34
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 19.726,21	R\$ 16.808,58
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, férias, INSS, VR, VT, 13º salário etc.)	R\$ 132.648,54	R\$ 72.825,80
SINDICAL (Assembleias, caravana, atos etc.)	R\$ 18.819,41	R\$ 10.863,66
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 60.221,77	R\$ 31.334,33
IMPrensa (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 12.109,00	R\$ 2.280,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.573,79	R\$ 2.373,45
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 32.797,62	R\$ 23.692,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 4.564,34	R\$ 2.105,82
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.408,24	R\$ 3.287,22
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 287.868,92	R\$ 165.571,48
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 97.531,70	R\$ 26.903,86
SALDO FINAL	R\$ 145.872,27	R\$ 172.776,13

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábila Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Contra Dilma-PT; Temer, Renan e Cunha-PMDB; Aécio-PSDB!

Derrotar o ajuste fiscal e a reforma da previdência!

As perspectivas para 2016 são de aprofundamento da polarização social em decorrência da crise econômica e política. O ano começa com arrocho nos salários, carestia, aumento de tarifas, desregulamentação dos direitos trabalhistas, recessão e aprofundamento da política de privatizações e das terceirizações, como vem ocorrendo na Petrobras, nos Correios, nos hospitais universitários, rodovias e aeroportos, dentre outros.

O IBGE divulgou pesquisa apontando um avanço assustador no número de desempregados no país. Já são mais de 1,7 milhão de brasileiros sem empregos. A pesquisa também registrou queda na renda média dos trabalhadores. Tudo isso mostra o impacto da crise e da política econômica do governo Dilma na vida da população. Enquanto isso, os bancos continuam lucrando cada vez mais, como o Santander, cujos lucros subiram nada menos que 13,5% no ano passado.

O governo do PT, que conta com apoio do PSDB e do PMDB na aplicação do ajuste fiscal, anunciou uma



nova reforma da previdência, que pode elevar mais uma vez a idade mínima e igualar a idade de homens e mulheres para se aposentar, desconsiderando a dupla e tripla jornada cumprida pelas mulheres trabalhadoras. Também pretende unificar as regras da Previdência para trabalhadores urbanos e rurais, além de servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Isto representa um ataque sem precedentes aos trabalhadores para que sobre mais dinheiro para o pagamento da dívida pública,

mantendo os lucros dos banqueiros e agiotas internacionais.

O governo pretende, ainda, convencer o Congresso Nacional a aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) para que possa gastar livremente parte das receitas obrigatórias que deveriam ser destinadas para áreas como educação e saúde. Na mesma PEC, o governo quer incluir a emenda que recria a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Também o PLC 030 (antigo PL 4330 das terceirizações), que tramita no Congresso Nacional, se aprovado, representará um grande ataque aos trabalhadores, ao retirar direitos e precarizar as condições de trabalho. Assim, haverá uma grande migração de vagas para empresas terceirizadas, garantindo lucros através da mão de obra barata.

Se já não bastassem todos estes ataques, o veto presidencial à auditoria da dívida, proposta na Lei Orçamentária, penaliza a maioria da população e beneficia os ricos e especuladores. Assim o governo segue destinando a

maior parcela dos recursos públicos para pagamento dos juros da dívida aos banqueiros.

Apesar de toda essa ofensiva contra os trabalhadores há um elemento muito importante que precisa ser considerado. Um recente estudo divulgado pelo Dieese confirma um aumento significativo de greves e paralisações entre os trabalhadores, ultrapassando todas as estatísticas anteriores. Muitas lutas em defesa do emprego e dos direitos, contra o ajuste fiscal nos estados e municípios estão ocorrendo. A elas se somam as mobilizações, principalmente da juventude, contra os aumentos abusivos das tarifas nas principais capitais do país ou contra o fechamento de escolas, como vimos no espetacular exemplo dos secundaristas de SP.

Mas para vencer precisamos saber contra o que estamos lutando. Não podemos ser reféns nem do bloco governista, encabeçado pelo PT, responsável direto pelos principais ataques que estamos sofrendo, nem da oposição burguesa de direita, corrupta e reacionária, que tem o PSDB à frente. Os trabalhadores e a juventude não estão representados politicamente por nenhum desses blocos, ambos compostos por setores burgueses de peso. A necessidade que temos é a de criar uma alternativa independente, que expresse os interesses da nossa classe trabalhadora e demais setores explorados.

Por isso defendemos a necessidade de uma alternativa classista, de esquerda, dos trabalhadores. Essa é hoje uma necessidade da classe trabalhadora, frente ao conjunto de ataques que este governo vem desferindo. Por isso, o Sindsef-SP é parte integrante do Espaço Unidade de Ação, que busca impulsionar e unificar todas as lutas de resistência que estão em curso.





Campanha Salarial 2016 dos SPFs foca na valorização dos servidores públicos e contra mais uma desastrosa reforma

Ações de resistência contra os ataques do governo são discutidas pelo Fonasef

Em todo o país está começando a discussão nas bases sobre os eixos prioritários da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais 2016. Eles foram alvo da reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef), realizada nos dias 16 e 17/01.

Entre as bandeiras da campanha deste ano, estão mantidas aquelas encaminhadas na pauta da campanha anterior que o governo não deu resposta. Segundo Saulo Arcangeli, da coordenação da CSP-Conlutas, na última negociação, houve apenas a discussão econômica, com o aumento de 10,8% para a maioria das categorias e de 27,9% dividido em 4 parcelas para algumas carreiras que recebem por subsídio. A respeito dos benefícios, a reivindicação era a isonomia e foi dado um valor inferior ao que foi pedido. “O restante nada foi tratado na negociação da campanha. Então, foram reafirmamos os eixos não tratados e apontados outros eixos que vamos discutir nos estados”, disse ao Jornal do Sindsef-SP.

A primeira reunião ampliada do Fonasef do ano, além de discutir a necessidade de construção da mobilização para campanha salarial, debateu os ataques que o governo federal tem promovido contra os servidores.

O Fórum dos SPFs tirou diversos encaminhamentos e também definiu uma agenda para a preparação da Campanha Unificada 2016. Foi consenso entre as entidades a política salarial permanente, com corre-

ção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, o direito de negociação coletiva, conforme previsto na Convenção 151 (da Organização Internacional do Trabalho), e a paridade salarial entre ativos e aposentados.

Outras lutas foram destacadas na reunião, como o combate a qualquer iniciativa do governo sobre Reforma da Previdência, à privatização e terceirização, contra o PL 2723/15 - que autoriza a implantação de “home office” no serviço público -, a revogação das leis que criam as Organizações Sociais (OS), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e o Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

O Fonasef também pretende realizar uma campanha contra a anunciada reforma da previdência e a reforma trabalhista e uma campanha pela valorização dos serviços públicos. O objetivo é expor para a sociedade que o governo está retirando investimento do serviço público e isso vai afetar a população em geral.

Os participantes aprovaram moções de repúdio à violência aos povos originários, indígenas e quilombolas, aos ataques aos princípios da Reforma Psiquiátrica, ao desmonte do serviço público do Rio de Janeiro, à violência policial que ocorreu em São Paulo no protesto contra o aumento das passagens de ônibus, e ao veto da presidente Dilma Rousseff à auditoria da dívida pública.

A próxima reunião ampliada do Fórum ficou agendada para os dias 27 e 28 de fevereiro.



Reunião Ampliada do Fonasef em 16 de janeiro de 2016

REUNIÃO DO FONASEF EM 1º DE FEVEREIRO

A preparação para a próxima reunião ampliada do Fonasef foi pauta do encontro do Fórum realizado no dia 1º de fevereiro.

Os representantes das entidades debateram, no caso específico do funcionalismo, sobre a PEC que pretende acabar com o Abono de Permanência e a medida do governo de evitar novos concursos, novas contratações e reposição de pessoal. A preocupação é que o governo pre-

judique ainda mais o serviço público, pois quem se aposentar não vai ser resposto, inclusive se houver alguém na fila de espera do concurso.

O Fórum reafirmou nos grupos de trabalhos os eixos, que serão discutidos nas assembleias e reuniões nos locais de trabalho. “A ideia é descer as informações para a base e nos dias 27 e 28 fazer uma nova reunião ampliada”, esclareceu Saulo Arcangeli.

REORGANIZAÇÃO CHEGA AO SINTSEP-PA

Aconteceu, também no dia 1º de fevereiro, a eleição para a direção estadual do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Pará (Sintsep-PA) para o triênio 2016-2019.

A eleição do sindicato foi proporcional e a Chapa 2, apoiada pela CSP-Conlutas ganhou, ficando com a maioria da direção.

Para Saulo, “foi um importante

processo de reorganização pela base que colabora para o fortalecimento do campo formado para a oposição na Condsef. É uma vitória que precisamos comemorar!”.

Agora, é iniciado o processo de fortalecimento da entidade, com aproximação da base e busca por filiações para que o sindicato também possa avançar na luta dos servidores públicos federais



Modernização dos serviços na forma da previdência

NENHUM DIREITO A MENOS!

A reforma de Dilma é inaceitável

Dilma apelou aos parlamentares que apoiem as “medidas de combate à recessão” na mensagem do executivo ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo. Dentre as propostas, além da prorrogação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) e o retorno da CPMF, a presidente citou uma nova reforma da previdência. O objetivo seria aumentar a idade mínima e igualar o tempo para aposentaria entre homens e mulheres.

Na prática, a medida, que deve ser enviada até junho ao Congresso Nacional e não tem respaldo nem mesmo no PT, iria aumentar cinco anos para o homem (passando de 60 para 65 anos) e dez anos para mulher (passando de 55 para 65 anos). É triste que uma mulher na presidência da república ignore a realidade e a tripla jornada das trabalhadoras, bem como os salários menores do que os dos homens.

“O conteúdo desta nova proposta, que deve ser combatido e derrotado, é mais um ataque aos trabalhadores, em especial às mulheres trabalhadoras. Novamente o governo apresenta uma proposta na lógica de jogar nas costas dos trabalhadores a conta da crise econômica”, declarou Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

Para muitos especialistas existem opções capazes de contornar o momento de crise que não passam pelo ataque a direitos e conquistas trabalhistas. Dentre as opções, está a auditoria da dívida pública, vetada pela presidente, no dia 14 de janeiro, junto com a sanção do Plano Plurianual do governo, que prevê o planejamento das contas federais até 2019.

Em 2015, segundo a associação Auditoria Cidadã da Dívida, que defende a proposta, 46% dos gastos do governo federal foram destinados ao pagamento e amortização da dívida pública, o que equivale a pouco mais de R\$ 958 bilhões.

Tanto a CUT quanto a Força Sindical se posicionaram publicamente criticando a proposta de reforma da previdência do governo Dilma/PT. Porém, mais uma vez, segundo dirigentes da CUT, é possível alterações no regime geral da previdência, desde que seja “apenas” para as futuras gerações.

Se antes a luta era pela revogação da reforma da previdência de 2003, comprada durante o esquema de corrupção denominado “Mensalão”, durante o governo Lula/PT; agora, soma-se a luta para barrar mais uma desastrosa reforma previdenciária em mais um governo petista.

JURÍDICO

Ação contra o aumento da Geap



Ato Contra o Desmonte da Geap, realizado em maio de 2013. Foto: Lara Tapeçy

No final do ano de 2015, o Conselho de Administração da Geap (Conad) resolveu reajustar os valores dos planos de saúde por ela administrados. O índice de reajuste foi de 37,5%, aplicados a todos os planos de contribuição integral e, para os planos dos beneficiários copatrocinados, o aumento foi superior a 50% na maioria das faixas de remuneração/idade.

O Conselho, sem dar maiores explicações sobre a majoração, tendo apenas alegado a “necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos planos e a solvência e liquidez da própria Fundação para o exercício de 2016”, impôs aos servidores um custo extremamente elevado para a manutenção dos planos. Também não explicou se o aporte (patrocínio) da União Federal sofreu reajuste e não o fez porque, simplesmente, o Governo se omite sistematicamente a respeito deste assunto, de forma que todo o suposto “desequilíbrio econômico-financeiro” está sendo suportado pelos servidores e seus familiares.

O Conad também ignorou que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (agência reguladora, vinculada ao próprio Ministério da Saúde) divulgou que, em 2015, o índice de reajuste autorizado para planos de saúde individuais não poderia ser superior a 13,55%, percentual muito inferior aquele aplicado pela Geap, o que demonstra que esta majoração é, no mí-

nimo impraticável.

Diante de tudo isso, o Sindsef-SP irá propor ação judicial para tentar impedir este aumento, baseado, principalmente, nas legislações que amparam o consumidor e o idoso.

Esta ação judicial será proposta pelo Sindsef-SP na qualidade de representante dos associados. É bom esclarecer que somente aqueles servidores filiados ao Sindicato, que entregarem autorização expressa, estarão contemplados no processo. Portanto, os filiados que tiverem interesse em discutir o aumento pretendido pela Geap terão que preencher e assinar a autorização e enviar ao Sindicato até 15/03, quando será emitido um recibo para controle.

É necessário que todos que aderirem à ação judicial tenham ciência de que, como todo processo, este também corre riscos. Haverá pedido de tutela antecipada (liminar) para impedir o reajuste determinado pela Geap. Iremos trabalhar para que este pedido seja deferido liminarmente e confirmado por sentença. Contudo, se esta liminar for eventualmente revogada futuramente, os servidores representados na ação poderão ser compelidos a pagar os valores que ficaram suspensos, durante o período de vigência da liminar, acrescidos de correção monetária.

O Sindsef-SP, além da ação judicial, também luta em outras frentes contra o abusivo reajuste dos planos médicos.



Manifestantes se dirigiram ao Congresso Nacional para protestar contra a reforma da Previdência em 6/8/2003. Foto: Roberto Burroso/ABr



IBAMA E DNPM

A tragédia de Mariana e o sucateamento dos serviços públicos

O rompimento da barragem do Fundão, em Mariana/MG, deixou todos estarelecidos com o “tsunami” de lama que varreu do mapa o distrito de Bento Gonçalves e deixou vários mortos.

Depois disso, várias foram as notícias de fiscalização do Ibama e de intervenções do DNPM (Departamento Nacional de Proteção Mineral), para solucionar o problema.

Mas a pergunta que fazemos é quais seriam as medidas estatais necessárias para prevenir este desastre?

Coincidentemente, no mesmo dia da tragédia, 5/11, a Associação dos Servidores da Área Ambiental do Rio de Janeiro publicou uma nota afirmando que o Ibama havia interrompido dois processos de licenciamento e emitido licenças ambientais sem a concessão da análise prévia (necessária inclusive para a prevenção de desastres, como o ocorrido). O texto apontava descaso do



Cidade de Bento Rodrigues antes e depois da tragédia

órgão com as populações tradicionais nos processos de licenciamento. Ou seja, que negligenciava o interesse do povo pobre afetado por obras ou atividades de impacto ambiental.

A nota era sobre processos de atividades das empresas CGG e Chariot no Maranhão, mas poderia muito bem ser referir a tantas outras empresas que usam os serviços públicos como balcão de negócios de seus interesses mais escusos.

Como se tratava de atividade de mineração, a autorização de lavra foi concedida, além do aspecto ambiental, pelo DNPM.

Ao Departamento também competia o controle das condições de lavra e as áreas de rejeito. No Brasil, segundo levantamento do jornal O Estado de São Paulo, existem 663 áreas como estas, mas somente 12 técnicos do DNPM para fiscalizar cotidianamente estas áreas, pois algumas são de eleva-

do risco de desastre.

Há tempos o Sindsef-SP denuncia o sucateamento dos serviços públicos e a consequência que esta política pode trazer pro nosso povo. Neste caso além do incalculável prejuízo ambiental e social, dezenas de mortes. Um governo que sucateia os serviços públicos tem as mãos sujas do sangue derramado com a tragédia da Samarco e de muitas outras que infelizmente virão.

A equação é simples, o governo prefere usar o dinheiro público para pagar juros da dívida pública a realizar concursos, a controlar as atividades e os serviços necessários a população. Esta realidade não ocorre somente na área ambiental ou mineral, mas na questão agrária, indígena, na educação, na saúde, nos transportes etc...

Conheça e ajude a divulgar a fanpage do DNPM/SP mobilizado:
www.facebook.com/DNPMSP-Mobilizado

CULTURA

Incêndio na Cinemateca

No início de fevereiro, um incêndio atingiu a Cinemateca Brasileira, órgão que cumpre papel importantíssimo na proteção do patrimônio cultural do povo brasileiro. Além de ser responsável pela preservação e divulgação do cinema nacional, possui o maior acervo de filmes da América Latina.

Segundo a Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, a área afetada foi a câmara 3 do depósito de nitrato, local onde são armazenadas matrizes (originais) das produções audiovisuais.



Bombeiros foram apagar o incêndio

A nota afirma que as obras incendiadas possuem cópia e que nenhuma outra estrutura foi atingida. Isto porque, o prédio incendiado foi construído, seguindo orientações técnicas, num local mais afastado das demais dependências, justamente pelo fato de armazenar material altamente inflamável. Porém esta medida paliativa não impediu o incêndio, o que demonstra que é preciso haver investimentos quanto à segurança no local.

Além do problema de segurança, a instituição ainda é assombrada pela ameaça da privatização, representada pela presença de Organizações Sociais. Os servidores reivindicam a realização de concurso público e a criação de uma estrutura de cargos adequada a um trabalho altamente especializado, que envolve conservação do acervo, produção de cópias digitais e em película, pesquisa, entre outras atividades.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mata-mosquitos enfrentam mais uma batalha contra o Aedes Aegypti

Servidores do Ministério da Saúde (MS), que atuam no combate às endemias, popularmente conhecidos como mata-mosquitos, enfrentam mais uma batalha contra o mosquito Aedes Aegypti. Apesar do vilão continuar sendo o mesmo, agora é responsável pela transmissão do Zika Vírus, doença associada ao aumento dos casos de microcefalia no país.

Frente a esta nova ameaça, os governos anunciam diversos programas para combater o mosquito: o MS suspende férias dos servidores, as prefeituras intensificam as ações de combate ao vetor, acionam o exército e investem em campanhas de conscientização. Porém, para acabar com este mosquito é preciso fazer um trabalho preventivo eficiente.

Especialistas alertam que não adianta usar inseticida, é preciso eliminar os criadouros. Além disso, é

necessário um trabalho conjunto com outros ministérios visando solucionar a questão de abastecimento de água inadequado, falta de saneamento básico e coleta de lixo irregular, fatores que contribuem para a proliferação do mosquito.

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) questiona a utilização do Larvicida Pyriproxyfen e o Inseticida Malathion para combater o Aedes Aegypti.

Os profissionais de saúde trabalham expostos a produtos químicos muito forte e não tem assegurado a realização de exames periódicos, necessários para avaliar o nível de exposição e possível contaminação.





APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Ato unificado marca Dia dos Aposentados

Fotos: Manuel Messina



Ato dos Aposentados em frente ao TRF 3ª Região

Para celebrar o dia dos Aposentados, o Sindsef-SP, o Sinsprev/SP e o Sintrajud realizaram um ato unificado em frente ao TRF – Tribunal Regional Federal, responsável pelo julgamento de inúmeras ações das categorias. Na ocasião, uma comissão de representantes foi recebida pela chefe do Escritório Regional da Presidência da República em São Paulo, Nilza Fiuza.

Na audiência abordaram temas como a luta pela aprovação da paridade entre ativos e aposentados, da PEC 555/2006 que trata do fim da taxação dos aposentados e da PEC 56/2014,

que altera o artigo 40 da Constituição Federal e institui a aposentadoria integral dos servidores públicos aposentados por invalidez, que perdem até um terço do que recebiam quando ainda estavam na ativa, o que é uma grande injustiça.

A diretora do Sindsef-SP, Bernadete Serafim, criticou o descaso dos governos. “Trabalhamos muitos anos para poder curtir nossa aposentadoria, mas quando mais precisamos, temos a redução salarial”, disse referindo-se à política de gratificações do governo federal. Sem a incorporação das gratificações, os aposentados e pensionistas têm o salário extremamente reduzido e passam por dificuldades para pagar, por exemplo, plano de saúde e remédios, cada dia mais caros.

Durante a manifestação os aposentados expuseram suas reivindicações e distribuíram uma Carta Aberta à População.



Bernadete Serafim

ATENÇÃO! GOLPE NA PRAÇA

Aposentados e pensionistas fiquem alertas! Um novo golpe está sendo aplicado por associações e escritórios, até mesmo por indivíduos (ESTELIONATÁRIOS) que se passam por Juizes, Desembargadores ou membros do Conselho Nacional de Justiça. Prometem revisões dos valores dos benefícios e pagamento de ações. A promessa de dinheiro fácil chega por meio de cartas ou ligações para a residência das vítimas, com a informação de que estas possuem altos valores a serem recebidos. Porém,

para fazer o levantamento dos valores, é necessário fazer o depósito referente ao pagamento dos honorários dos advogados (10% sobre o valor a que o servidor supostamente teria para receber).

O QUE FAZER?

Se receber uma carta ou ligação falando sobre direito à revisão ou com valores a receber, procure imediatamente o Departamento Jurídico do Sindsef-SP. O atendimento é de segunda a sexta, das 9h às 18h, por telefone ou pessoalmente.

INCRA

Após ação radicalizada, sede do Incra/SP ficou destruída

O Incra/SP está com as atividades suspensas devido a depredação do prédio da Superintendência, que ocorreu entre os dias 1 e 4 de fevereiro, durante a ação radicalizada da Frente Nacional de Lutas (FNL). As instalações foram destruídas e inúmeros equipamentos foram furtados ou danificados.

Houve furto de computadores, impressoras, aparelhos de telefone e demais instrumento de trabalhos. O edifício ficou sem telefone, sem conexão com internet, sem extintores de incêndio e todos os carros sofreram danos. Em alguns setores, documentos e processos foram revirados e deixados espalhados. Levantamento preliminar já aponta um prejuízo superior à 1 milhão de reais.

Esta ação absurda, inconsequente e irresponsável só contribui para dar munição aos que querem a criminalização de todos os movimentos sociais. Uma ocupação, que pretende chamar a atenção dos gestores e da sociedade sobre o descaso do governo, é totalmente diferente do que foi feito pelos integrantes do FNL, que estiveram na sede do Incra/SP.

“O que houve foi um ataque aos trabalhadores que atuam no órgão, seja



Muita bagunça no Incra/SP após a ocupação

pela destruição dos meios pelos quais podemos realizar nosso trabalho, seja pela invasão da sede da Assincra-SP, uma agressão injustificável a uma entidade legítima dos trabalhadores.”, criticam.

Fica a pergunta: Quem ganha com estes atos? As condições de trabalho, que já eram precárias antes, se agravaram ainda mais, prejudicando os próprios trabalhadores rurais sem terra e assentados, além de comunidades quilombolas e outros públicos atendidos pelo Incra.

Leia a notícia completa em:
www.sindsef-sp.org.br

IPEN

Empresa terceirizada some e deixa trabalhadores sem salários

A empresa Higilimp, responsável pela limpeza e conservação de vários órgãos no estado de São Paulo, entre eles o IPEN, a USP e o Metrô, deu um grande calote em seus funcionários.

Cerca de 4 mil trabalhadores, a grande maioria mulheres, foram surpreendidos, ao retornar a seus postos de trabalho após o recesso de carnaval, pela notícia de que a empresa havia declarado falência.

Todos estão sem receber o salário

de janeiro e não há a mínima garantia de pagamento das verbas rescisórias.

A Assipen e o Sindsef-SP, que estão acompanhando assembleias e mobilizações dos trabalhadores, iniciaram uma negociação com a Administração do Instituto e arrancaram o compromisso de pagamento do salário atrasado e dos 12 dias de fevereiro. Também foi sinalizada a possibilidade da empresa que assumir o serviço contrate toda a equipe que foi abandonada pela Higilimp.



8 de Março - Organizar as mulheres trabalhadoras para resistir aos ataques do governo

O Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, celebrado em 08 de março, se aproxima. A data deve ser lembrada como um dia de reivindicação, resistência e disposição para combater as várias formas de opressões que atingem as mulheres.

Infelizmente, ter uma mulher na presidência não mudou a realidade de violência que vítima as mulheres, ao contrário. Segundo o Mapa da Violência 2015, o Brasil pulou de 7º para o 5º país que mais mata mulheres, entre 84 que compõem o ranking da Organização Mundial da Saúde.

O cenário político indica que teremos um ano bastante difícil. À medida que se aprofundam a crise econômica no país, - detectada pelo aumento significativo do desemprego, da inflação galopante e da chegada do ajuste fiscal nos estados e municípios, - também cresce a reprodução do machismo e da violência sexual.

Setores reacionários e conservadores da sociedade tentam aprovar projetos como o estatuto da família, redução da maioridade penal e o PL 5069/13, de autoria de Eduardo Cunha, que aumenta a criminalização em relação ao aborto, pois restringe o



Ato do 8 de março de 2014

aborto legal e pretende levar a prisão a gestante e o profissional de saúde que fornecer alguma informação sobre o procedimento.

Além disso, a presidente Dilma e sua equipe anunciam ataques brutais à previdência. As mudanças propostas afetam com maior intensidade as trabalhadoras, em especial a que propõem igualar a idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres, desconsiderando a dupla jornada que corresponde cerca de quatro horas diárias a mais, despendidas para o trabalho doméstico, cuidado com os filhos, idosos, doentes, etc.

O projeto ignora que as mulheres estão localizadas nos postos de trabalho mais precarizados e que causam maior número de adoecimento ocu-

pacional, ou seja, essa reforma pode significar o agravamento de doenças que acometem as trabalhadoras, podendo, muitas delas, chegar à morte antes de alcançar a aposentadoria.

Visando enfrentar esta conjuntura, o Movimento Mulheres em Luta, com o apoio da CSP-Conlutas, convoca mulheres e homens da classe trabalhadora para lutar em defesa da igualdade de direitos e contra a violência machista e sexual.

“Não temos ilusão, quando se trata de retirar direitos e garantir o lucro dos empresários, Dilma/Temer/Cunha e Aécio estão de mãos dadas! Nossa luta é contra todos eles! A única alternativa que nos resta é organizar a classe trabalhadora para resistir a todos esses ataques!”

(IN)VISIBILIDADE TRANS

No último dia 29 de janeiro comemorou-se o Dia da Visibilidade Trans, uma data que marca a luta pelo reconhecimento e contra a discriminação de pessoas transexuais e das travestis. Infelizmente, mal o ano começou e já contabilizamos no Brasil o assassinato de 56 travestis e transexuais. Estes dados são do dia 26 de janeiro, o que dá uma média de 2 casos por dia. Número seis vezes maior do que o registrado em 2014.

A maioria destes crimes são cometidos com atos de extrema crueldade. Mata-se pessoas trans, na lógica de que elas seriam “pervertidas” ou “anor-

mais”, por terem uma identidade de gênero construída com parâmetros “diferentes”. Os assassinatos são reflexos do preconceito no seu mais alto grau.

Esta ideologia de ódio ganha amparo do Estado, através de suas instituições. Por exemplo, grande parte dos casos de violência contra as travestis são praticados por policiais, como foi o caso de Laura Vermont, que após sofrer agressões na rua, já ferida, foi morta pelos policiais militares. Eles tinham sido acionados para atender a ocorrência, mas em vez de socorrer a jovem, os PM’s atiraram nela, contribuindo, assim, para sua morte.

É preciso criminalizar a LGBTfobia (termo usado para englobar várias orientações sexuais e identidades de gênero), por que enquanto isso não ocorre o Brasil segue sendo o líder mundial de assassinatos de travestis e transexuais.

Por saber que a pauta dos setores oprimidos é parte da pauta da classe trabalhadora, o Sindsef-SP reivindica:

A Criminalização da transfobia e Desmilitarização da PM!

A aprovação imediata da lei de identidade de gênero, Lei João Nery!

Que as pessoas trans tenham direito ao próprio nome, à educação e ao emprego digno com salário justo!

DICA CULTURAL

SHOW DE JAZZ NA NOITE PAULISTANA COM A BANDA HAMMOND GROOVES



Foto: Felipe Scappatura

As terças de Cult. Jazz na Livraria Cultura trazem um show com linhas melódicas eletrizantes! A banda é formada pelo trio dos músicos Daniel Latorre (órgão Hammond), Filipe Galadri (guitarra) e Wagner Vasconcelos (bateria).

O grupo apresenta um repertório de SoulJazz que homenageia grandes organistas da história, como Jimmy Smith, Jack McDuff, Dr. Lonnie Smith, Jimmy McGriff, Big John Patton e outros, inclusive composições inéditas no melhor estilo Blue Note Records. Usando esta linguagem musical, o Hammond Grooves compõe temas próprios mesclando jazz com ritmos brasileiros como maracatu, samba, baião e frevo. Além das autorais, o “organ trio” interpreta também alguns clássicos.

Entre uma música e outra contam histórias, curiosidades, recomendam discos e livros sobre este fascinante ritmo musical.

Desde 2009, o Hammond Grooves realiza apresentações em todo o país e no exterior. Entre os festivais que participaram estão: Festival Internacional de Jazz de Asunción, Festival Internacional de Jazz de Paraty, Jazz na Fábrica/SP, entre outros.

Quando? Às terças-feiras

Que horas? 19h30

Onde? Na Livraria Cultura do Bourbon Shopping

Endereço: R. Palestra Itália, 500 - Perdizes, São Paulo

Informações: (11) 3170-4033

ENTRADA FRANCA